

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº , DE 2006
(Do Sr. Albérico Filho)

Requer informações por escrito
acerca de termo de acordo celebrado entre
o Ministério da Educação e o Sindicato
Nacional da Educação Federal Básica e
Profissional – SINASEFE.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Exa., com base no art. 50 da Constituição Federal, e nos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro da Educação, no sentido de esclarecer esta Casa quanto ao conteúdo, às cláusulas e às perspectivas de implementação de termo de acordo celebrado entre o Ministério da Educação e o Sindicato Nacional da Educação Federal Básica e Profissional – SINASEFE, subscrito pelas partes em 1º de dezembro de 2005.

JUSTIFICAÇÃO

O gabinete do requerente foi contatado pelo sindicato signatário do acordo visado pelo presente instrumento por meio de correspondência datada de 14 de março de 2006. No documento, o sindicato alega que o compromisso assumido pelo Ministro da Educação por meio do acerto ora visado não teve nenhuma consequência prática, não obstante ter sido interrompido movimento paredista de consideráveis proporções com base

na promessa de implantação das cláusulas que compunham o ajuste formalizado entre as partes.

É certo que não há, entre servidores e administração pública, a disciplina objetiva de negociações coletivas, mas isso não reduz o poder da palavra e nem permite que governo e servidores abram mão de princípios morais inelutavelmente atrelados a procedimentos da espécie. O governo que descumpre promessas que registrou em documento formal a seus servidores é o mesmo que poderá, em outra oportunidade e circunstâncias, trair os compromissos que assume perante a população.

É importante ressaltar que o presente pedido tem pleno amparo regimental, pois tramitam nesta Casa diversos projetos que reajustam os vencimentos de variadas categorias de servidores públicos. Entender os meandros que caracterizaram as negociações travadas entre a administração e os professores de nível básico e secundário certamente fornecerá a esta Casa relevantes subsídios no trato de tais matérias.

Em razão do exposto, pede-se a acolhida da douta Mesa e o imediato envio do presente requerimento, atrelado às conseqüências previstas na Carta caso não sejam fornecidas as informações demandadas.

Sala das Sessões, em de de 2006.

Deputado ALBÉRICO FILHO